Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e das Obras Públicas e Comunicações assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 3 de Novembro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Duarte Pacheco*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Ocidente

Repartição de Angola e S. Tomé

2.ª Secção

Decreto n.º 21:845

Sendo de absoluta necessidade, para o aproveitamento de todas as possibilidades de desenvolvimento de Angola, dar à exploração dos seus produtos todas as facilidades que o estado financeiro da colónia permita, e tendo em conta que o tabaco é das mercadorias que melhor campo de actividade apresentam no ultramar portu-
tuguês;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928:

Hei por bem decretar, para valor como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Será isento de imposto do selo durante o corrente ano económico todo o tabaco manufacturado em Angola que em navio nacional for despachado para o enclave de Cabinda.

§ único. O governo geral de Angola tomará as providências precisas para que o tabaco despachado nas condições do presente artigo sofra uma fiscalização especial de modo a não ser vendido fora do referido enclave.

Art. 2.º Será isento de direitos de exportação durante o corrente ano económico todo o tabaco não manufacturado saído da colónia em navio nacional.

Art. 3.º As serapilheiras destinadas à embalagem do tabaco, importadas por produtores de tabaco que previamente se inscrevam como tais na Direcção dos Serviços Aduaneiros, entrarão sob o regime de importação temporária por prazo não superior a quatro meses.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força

de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Novembro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Albino Soares Pinto dos Reis Júnior*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Daniel Rodrigues de Sousa*—*Aníbal de Mesquita Guimarães*—*César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches*—*Duarte Pacheco*—*Armando Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Sebastião Garcia Ramires*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas

Decreto n.º 21:846

Tendo sido publicado com inexactidões o artigo 1.º do decreto n.º 11:390, de 8 de Janeiro de 1926, publicado no *Diário do Governo* n.º 7, 1.ª série, da mesma data, e tornando-se necessário fazer a devida rectificação;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros das Finanças e do Comércio, Indústria e Agricultura:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A redacção do artigo 1.º do decreto n.º 11:390, de 8 de Janeiro de 1926, passa a ser:

São considerados insecticidas e fungicidas, para efeitos do artigo 19.º do decreto de 23 de Dezembro de 1899, os produtos denominados «Tilantim B», «Azol» (arseniato de cálcio), «Cuprazol» (arseniato de cálcio com oxiclreto de cobre) e «Arseniato de chumbo Caffaro».

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e do Comércio, Indústria e Agricultura assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 7 de Novembro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Sebastião Garcia Ramires*.